

GENEALOGIA DAS TEORIAS MARXISTAS DE CRISE

Francisco Paulo Cipolla

I. Introdução: *Manifesto* e teoria da história

Marx não deixou uma obra específica sobre a crise. No seu plano de trabalho apresentado reiteradamente ao longo de sua pesquisa figurava um volume sobre o mercado mundial e as crises, jamais realizado.

São inúmeras as condições que demarcam o terreno onde germina a concepção e Marx acerca da crise no capitalismo. A condição que não poderia deixar de ser apresentada como condição condutora de sua apreciação sobre o tema é a sua teoria da história e o papel que teria a crise no processo de superação do capitalismo. Sendo a sua teoria da história baseada no desenvolvimento das forças produtivas e no progressivo choque desse desenvolvimento com as relações de produção dominantes é claro que sua concepção de crise não poderia deixar de advir do desenvolvimento dessa contradição. Qual é essa contradição no capitalismo? Se a relação social fundamental na esfera da circulação é a compra e venda de força de trabalho, e na esfera da produção a extração de mais valia, então o desenvolvimento do capitalismo deveria ser marcado por uma tendência contínua a dominar crescentemente o trabalho no plano da produção e reduzir progressivamente a parte que representa o valor da mercadoria força de trabalho como proporção do valor total gerado durante a jornada de trabalho. Que isso devesse fazer crescer a diferença entre valor gerado pelo trabalho e poder de compra da força de trabalho era uma conclusão inevitável e de interesse imediato: o capitalismo tenderia a produzir mais do que a capacidade de consumo da sociedade. No *Manifesto* deve-se entender superprodução como a produção que ultrapassa os limites impostos pelas relações de produção. É a teoria subconsumista de superprodução.

Mas tudo isso não ia muito além de Malthus ou de Sismondi. Curiosamente, no confronto entre esses dois autores e a tradição clássica consubstanciada em Smith e Ricardo, a vantagem analítica estava com estes últimos. De fato, em Smith a representação do valor do produto como $v + m^1$, a contrapartida nas formas de renda a que o produto dá origem, impedia a possibilidade de se conceber qualquer brecha recorrente de demanda. Se a produção dá origem a formas de renda que exauzem o valor do produto, então o gasto dessas rendas deverá ser capaz de comprar o produto total.

¹ Na verdade o valor da mercadoria para Smith é a soma de salários, lucros e renda da terra. Porém como a renda da terra é uma dedução do lucro, Marx resume o valor do produto de Smith em $v+m$. Para um aprofundamento veja-se o capítulo XIX do volume segundo d'*O Capital* cujo título é “Apresentações Anteriores do Objeto”.

Um aumento da produção representa um aumento das rendas e, portanto, o aumento da oferta é acompanhado de um aumento da demanda.

No entanto, é claro que aquele valor da produção é capaz de explicar apenas a reprodução das classes, mas não a reprodução do capital. O valor do produto deve incluir o valor dos materiais e depreciação dos equipamentos que Marx representa pela letra c de capital constante. De modo que o valor do produto passa a ser $c+v+m$, onde c é o capital constante consumido, v é o capital variável e m a mais valia.

A demanda de meios de consumo (MC) dos capitalistas e trabalhadores deve ser igual à produção de MC . Daí que parece que o valor da produção do departamento produtor de MC se resume ao produto líquido $v+m$. O sub-consumismo se baseia na idéia elementar de que $v < v+m$. Mas para que isso faça sentido é preciso conceber $v+m$ como sendo composto exclusivamente de MC , cuja montante não pode ser absorvido pelo poder de compra dos trabalhadores.

II. *Grundrisse, Teorias da Mais Valia*

Por ora, com base nas evidências de que o capitalismo produzia crises e com base na sua teoria da história, Marx se posicionava contrariamente à Lei de Say e como consequência se propunha a desenvolver a teoria das crises de Malthus e Sismondi. Mas o posicionamento de Marx face aos dois campos é de distanciamento crítico: elogia os clássicos por terem capturado a tendência universal do capital a gerar sua própria demanda e dava crédito ao campo de Malthus e Sismondi por terem enfatizado a restrição do capital ao seu próprio desenvolvimento e termina dizendo: “A disputa sobre se a superprodução é possível e necessária no capitalismo gira ao redor de saber se o processo de realização do capital na produção implica diretamente sua realização na circulação” (Marx, 1973, p.410). Esse é um fio condutor do qual Marx não se distanciaria jamais.

Posicionando-se contrariamente a Smith, Ricardo e Say, Marx procura determinar o fundamento da crise de superprodução. Ele empreende inicialmente nos *Grundrisse* uma análise da predisposição do capital à crise. Uma vez que o capital procura superar todos os limites à sua valorização, a determinação dos limites que se opõem àquela valorização constituiriam a sua predisposição à crise já que a tentativa de superá-los implicaria a destruição de suas condições normais de reprodução.

O aprofundamento desse veio de investigação levou Marx a buscar a base da super-produção nos limites que são impostos ao capital pela sua própria natureza. É daí

que advém sua concentração no estudo do *capital em geral*: o estudo das tendências e limites do capital enquanto conceito independente de sua existência concreta em concorrência. Ainda não se trata do desenvolvimento da teoria da super-produção mas apenas do estudo da predisposição a ela, predisposição que se apresenta em forma primitiva na relação do capital consigo próprio (Marx, 1973, p.419). É nesse contexto que Marx enfatiza a idéia de que a unidade das fases de produção e circulação não é imediata: a realização do produto em dinheiro depende de condições externas à produção direta (idem, p.407).

Primeiramente esse limite é apresentado como contradição entre valor e valor de uso. Enquanto o valor tem uma vocação ilimitada à expansão, o valor de uso só pode ser consumido em quantidades limitadas pela capacidade do organismo. Aqui parece tratar-se da capacidade orgânica de consumo e, portanto, consumo determinado independentemente das relações de produção. Quando, porém, apresenta essa limitação no quantum de *trabalho necessário* o valor de uso como limite se torna supérfluo, pois o limite já está quantitativamente determinado pelo montante de salário. Até aqui Marx permanece dentro dos limites da visão de *superprodução de subconsumo*, isto é, superprodução inerente à produção de valor além do salário.

Assim as condições de ruptura dessa unidade entre produção e circulação são apresentadas como sendo, de um lado, o caráter limitado da capacidade de consumo, e de outro, a limitação da demanda pelo poder de compra restrito do trabalho necessário. A argumentação oscila entre limite fisiológico do consumo no qual a tendência ilimitada de expansão do valor se choca com o caráter limitado da necessidade pelo valor de uso; e limite social da demanda fundada na sistemática mecanização e restrição dos salários pelo valor da força de trabalho. A coordenação dessas duas limitações aparentemente disparatadas é realizada pelo capital através do aumento da produtividade e barateamento dos produtos. A demanda de consumo pode ser alargada pelos preços mais baixos, porém somente dentro dos limites da capacidade fisiológica de consumo.

Essa é uma reafirmação do sub-consumismo, mas enquanto método é preciso ressaltar a sua importância. Afinal reencontraremos a tentativa do capital de saltar barreiras à sua própria reprodução normal na análise das crises cíclicas efetuada na seção V do terceiro volume d'*O Capital*. Ali, Marx parece sugerir, em conexão com a análise apresentada anteriormente nos esquemas de reprodução, que na fase de excitação do ciclo econômico a tentativa do capital em agregado de saltar a barreira da

formação de fundos de acumulação leva a um desequilíbrio entre os capitais que mobilizam dinheiro para transformação em capital produtivo ($D - MP$) e o volume de capital produtivo disponível ($P \dots Mp$). Esse desequilíbrio abre a fase especulativa na qual prolifera o pseudo-circuito $D - D'$, através do qual a valorização do capital procura saltar a própria barreira da produção. Mas isso será visto mais adiante.²

Com relação às posições de Malthus e Sismondi, Marx deixa logo claro que é superficial deduzir a necessidade de superprodução do fato de que o trabalhador não pode comprar seu produto de volta (Marx 1973, p.424). E aqui se inicia a exploração de Marx sobre os esquemas de reprodução cuja apresentação rudimentar é realizada nos *Grundrisse*.

Marx apresenta pela primeira vez um esquema de reprodução com base em quatro capitais produzindo respectivamente, matérias primas, maquinário, meios de consumo para os trabalhadores e meios de consumo para os capitalistas. Nesse caso, conclui ele: se os capitalistas que produzem meios de consumo para os trabalhadores o fazem em excesso em relação ao poder de compra dos trabalhadores não é porque o poder de compra dos trabalhadores é pequeno, mas porque a produção é excessiva em relação à “correta proporção entre consumo e valorização” (CW28, 372). Neste caso já não se trata de sub-consumo, mas de super-produção, *tout court*.³

Nas *Teorias da Mais Valia* Marx inicia com a análise da metamorfose da mercadoria e a possibilidade de crise que ela contém quando o motivo de transformar a mercadoria em dinheiro for maior do que o motivo de transformar dinheiro novamente em mercadoria (Marx, 1968, p.505). A contradição inerente à circulação de mercadorias reaparece aumentada no capital já que com o capital a circulação de mercadorias se desenvolve. A fase $M - D$ de um capital é fase $D - M$ de outro: a divisão do trabalho requer essa interconexão, mas essa interconexão é accidental. Portanto, a definição do conteúdo da crise fica mais completa. Com a função de meio de pagamento do dinheiro o capital cria uma base mais concreta para transformar as condições de crise em realidade já que qualquer interrupção das vendas em um ponto se irradia rapidamente

² Marx já havia acenado nos *Grundrisse* que o sistema de crédito se baseia na necessidade de expandir e saltar a barreira da circulação. Ao fazê-lo o capital cria uma relativa independência da produção em relação à circulação. Daí o *over-trading* e *over-speculation*. Mas Marx não avança nesse assunto que reaparecerá no capítulo sobre o capital comercial no volume terceiro d'*O Capital*.

³ Nos mesmos *Grundrisse* Marx apresenta uma teoria da crise baseada na diminuição da taxa de lucro dizendo que ultrapassado certo limite o desenvolvimento da produtividade se transforma numa barreira que ocasiona uma crise, mas ele não especifica qual é esse limite (Marx, 1973, p. 750).

pela cadeia de pagamentos postergados pela circulação de notas promissórias como meio de circulação.

Marx ainda repete a visão sub-consumista: a base da super-produção moderna está na contradição entre a tendência ao desenvolvimento ilimitado das forças produtivas e o limitação do consumo dos trabalhadores ao estritamente necessário o que parece um recuo em relação à evolução realizada anteriormente (idem, 528). A concepção de super-produção como super-produção em alguns ramos importantes e sua irradiação ao resto da economia também está atrelada à visão sub-consumista na medida que se trata segundo Marx de ramos de meios de consumo. Mas uma vez realizada a super-produção num ramo chave, ela se irradia potencializada ao nível das relações de crédito pela função do dinheiro como meio de pagamento (idem, 529).

Como exemplo ilustrativo tenha-se em mente o caso apresentado por Marx no qual o excesso de produção de pano de algodão leva à diminuição do emprego no ramo de tecelagem, fato que afeta o ramo de fiação e conseqüentemente a produção de algodão. Portanto, a normal reprodução em todos esses ramos é impedida pela anormal reprodução no ramo da tecelagem. Mesmo não tendo tido super-produção esses ramos agora apresentam excesso de produção devido à queda da demanda (522-523). Por isso Marx denomina essa super-produção de super-produção relativa. A superprodução absoluta em alguns ramos líderes leva a uma mais ou menos generalizada super-produção relativa nos outros ramos da economia.

A produção no limite das forças produtivas, isto é, a exploração do máximo de trabalho sem consideração pelos limites do mercado em contraposição à capacidade limitada de consumo da massa dos produtores (535), continua sendo o pano de fundo da teoria da crise. Na *Teorias da Mais Valia* a magnitude da necessidade social é limitada pela restrição do consumo dos trabalhadores e, portanto, uma produção além da capacidade de compra dos trabalhadores, leva a uma superprodução absoluta no ramo. É importante notar que a noção de superprodução se afirma exclusivamente com relação aos meios de consumo em excesso. De qualquer modo, a linha divisória entre sub-consumo e super-produção começa a ficar mais nítida já que a produção além das necessidades de consumo não é devido à diferença $v < v + m$, mas devido à diferença $c_j + v_j + m_j > v$, onde j é o setor que apresenta superprodução absoluta.

Ao longo d'*O Capital* Marx não deixou de sublinhar todos os momentos teóricos nos quais se apresentava a possibilidade de ruptura do processo normal de reprodução. Como a trajetória da exposição caminha dos conceitos mais abstratos aos mais

concretos, as possibilidades de ruptura que se apresentam ao longo da exposição estão quase sempre circunscritas a níveis abstratos de análise,⁴ circunstância que deu origem à equivocada divisão da teoria de Marx entre *teoria da possibilidade de crise* e *teoria da necessidade de crise*, dicotomia que não parece ser compatível com o método de análise de Marx. A expressão *possibilidade de crise* deveria ser substituída por *condições abstratas de crise*.

A análise das crises cíclicas não poderia ter sido apresentada ao longo da exposição d'*O Capital* porque ela requeria o estudo da concorrência e do crédito, níveis mais concretos da análise que só poderiam ser apresentados após a reunião dos elementos explicativos intermediários. Isso significa que todas as observações anteriores à análise do crédito e da concorrência tinham um caráter ainda muito abstrato para serem consideradas teorias da crise.

As rupturas no processo normal de reprodução variam muito quanto à sua natureza e causa: elas podem ser do tipo apresentado nas *Teorias da Mais Valia*, i.e. de super-produção absoluta num setor específico, superprodução essa que pode transformar-se em superprodução relativa em outros setores; ela pode ser uma crise do capital monetário cujo esfera imediata são os bancos, as bolsas de valores e a finanças (Marx 1985, p. 116) com possíveis efeitos sobre a indústria; uma crise comercial que pode ter igualmente efeitos sobre a indústria (Marx 1988, p. 218); ou uma crise industrial, pela qual Marx quer dizer estancamento da produção, falências, desemprego, e assim por diante.

Os marxistas, no entanto, foram colhendo ao longo da obra econômica de Marx aqueles elementos que lhes pareciam mais aptos a explicar a recorrência de crises econômicas no capitalismo. Mas é preciso lembrar que a história das teorias de crise, pelo menos até o final dos anos 30, não foi escrita intramuros da academia, mas pelo contrário como parte da luta política no interior dos partidos comunistas e movimentos revolucionários europeus. Foi assim que os dois grandes epicentros do debate se estabeleceram: por um lado, o embate entre reformistas e revolucionários no interior do SPD, o Partido Social Democrata Alemão, debate que contou com a participação importante de figuras proeminentes do Partido Social Democrata Austríaco; por outro, a luta que se travou na Rússia Czarista entre marxistas populistas conhecidos como

⁴ Sweezy leva essa mesma consideração ao extremo de dizer que Marx não terminou o tratamento da concorrência e do crédito e que todo o trabalho d'*O Capital* permaneceu a um nível de abstração inadequado para o tratamento teórico da crise (Sweezy 1973, p.164). Teria sido insuficiente o tratamento de Marx às questões do crédito apresentadas no volume terceiro?

narodnikis, e outro grupo de marxistas entre os quais se encontravam Bulgakov, Tugan-Baranowsky, Struve e Lênin.

Veremos, mais adiante, que à medida que o debate se desloca do confronto entre desproporcionalidade e sub-consumo para a questão da sobre-acumulação de capital, o sub-consumismo ganha novas raízes nos Estados Unidos enquanto o *profit-squeeze*, a teoria do aumento dos salários como causa da crise, ganha adeptos na Inglaterra, Japão e nos próprios EUA.

III. Leque de teorias n’*O Capital*

N’*O Capital* Marx apresenta várias “teorias” de crise. Sem levar em conta a *crise monetária* apresentada logo no capítulo 3, mas que não é senão uma fase de toda crise, suas “teorias” poderiam ser compiladas assim:

1. Sobre-acumulação relativamente à população explorável.

Essa teoria é explicitamente apresentada no capítulo XV do terceiro volume d’*O Capital* sobre o “Desdobramento das Contradições Internas da Lei”.

“Se, portanto, o capital tivesse crescido proporcionalmente à população trabalhadora, de forma tal que nem o tempo absoluto de trabalho fornecido por essa população nem o tempo relativo de mais-trabalho pudessem ser ampliados... se, portanto, o capital acrescido só produzisse tanta massa de valor ou até menos do que antes de seu crescimento⁵, então ocorreria uma superprodução absoluta do capital; isto é, o capital acrescido $C+\Delta C$ não produziria lucro maior” (Marx 1988, 181).

A necessária contração do capital em ΔC resultaria em vendas a menores preços; desvalorização de títulos sobre a mais valia; interrupção da função do dinheiro como meio de pagamento; colapso do sistema de crédito e, finalmente, queda dos salários e desvalorização do capital, com o que se lançariam as bases para a realização de um novo ciclo econômico (idem, 182-183).

⁵ Aqui há um erro de tradução ou *typo* já que segue dizendo “nem mesmo menos lucro” enquanto na edição da International Publishers se lê “or even less” ao que deveria seguir em português “e mesmo até menor”.

No capítulo XXIII sobre *a Lei Geral da Acumulação Capitalista*, o item que trata do aumento da demanda de força de trabalho que acompanha a acumulação quando a composição do capital se mantém constante (Marx 1985b, p.187) não pode ser incluído como evidência da mesma teoria. A razão disso é que Marx não apresenta o aumento da demanda de trabalho e dos salários como causa de crise, mas apenas como a variável dependente da acumulação que reage sobre o ritmo de acumulação uma vez que esta faz aumentar os salários. Essa seção retrata um regime cíclico de acumulação auto-limitado pelo seu efeito sobre os salários. Itoh se utiliza dessa análise argumentando que os períodos de rápido crescimento coincidem com baixos ritmos de aumento da composição do capital, fato que corroboraria a utilização da análise cíclica com base na composição constante do capital efetuada por Marx naquela seção como componente de sua teoria de crise de sobre-acumulação. Quanto à afirmação de que “as crises são gestadas precisamente nos períodos nos quais os salários sobem e os trabalhadores absorvem uma parcela maior do produto anual destinado ao consumo” (Marx, 1985c, p.304), essa afirmação não apresenta nenhuma relação de causa e efeito com a crise, apenas de contemporaneidade da fase de expansão com o aumento dos salários, fato aliás, que deveria ser considerado trivial dado o maior volume de emprego relativamente à força de trabalho disponível.

2. Esquemas de reprodução: as condições de balanço da reprodução são igualmente condições de crise.

Ao analisar a formação de fundos de acumulação Marx se defronta com o problema de que o balanço da reprodução ampliada depende de que o dinheiro retirado de circulação para formar esses fundos seja compensado pela introdução na circulação de fundos acumulados anteriormente. Em relação a esse problema ele diz que as condições para o “curso normal da reprodução, seja ela em escala simples, seja em escala ampliada... se convertem em outras tantas condições do curso anormal, em possibilidades de crises, uma vez que o próprio equilíbrio – em face da configuração naturalmente desenvolvida dessa produção – é uma coincidência” (Marx, 1985c, p.361).

A seção 2 do capítulo sobre a *Reprodução Simples*, seção intitulada *Reposição do Capital Fixo em Natura*, lida com o problema da coordenação entre uma seção do departamento II que acumula o fundo de depreciação e a outra que repõe o capital fixo depreciado. De leitura fatigante, esse trecho apresenta a seguinte conclusão:

“Esse exemplo do capital fixo – com escala constante de reprodução – é contundente. Desproporção na produção de capital fixo e circulante é um dos motivos prediletos dos economistas para explicar as crises. É algo novo para eles que tal desproporção possa e tenha de surgir com a mera conservação do capital fixo ou que possa e tenha de surgir pressupondo-se uma produção normal ideal, com reprodução simples do capital social já em funcionamento” (idem, 342).

Como se sabe a condição de balanço da reprodução simples é $c_{II} = v_I + m_I$. Suponhamos que $c_{II}=2000$ se divida em 1800 de capital constante circulante e 200 de depreciação do capital fixo retirado da circulação e conservado na forma de capital dinheiro potencial até que seja necessário repor o capital fixo *in natura*. No entanto se alguns capitalistas retiram de circulação o valor de 200 correspondentes à depreciação outros deverão utilizar seus fundos previamente acumulados no montante de 200. Somente assim a condição da reprodução simples pode se viabilizar. Se por acaso venhamos a ter uma retirada de 300 sem que essa retirada seja compensada por uma injeção de gastos do mesmo valor – supondo que a reposição *in natura* se mantenha em 200 – então teremos falta de capital fixo e excesso de capital circulante.

3. A capacidade restrita de consumo dos trabalhadores.

A idéia é que a capacidade restrita de consumo dos trabalhadores é a causa última de todas as crises aparece no contexto de sua análise mais concreta sobre as crises, fato que requer mais reflexão da nossa parte ou talvez signifique que as descobertas realizadas com a pesquisa sobre a circulação do capital no volume segundo não foram transcritas para o nível do volume terceiro, terminado anteriormente.

Ao analisar o impulso que o crédito fornece à fase de expansão da produção Marx diz que “o máximo crédito é aqui igual à mais plena ocupação do capital industrial, isto é, à ativação extrema de sua força de reprodução, sem preocupação pelos limites do consumo. Esses limites do consumo são ampliados pela própria ativação do processo de reprodução; esta aumenta, por um lado, o consumo de rendimento por trabalhadores e capitalistas e, por outro, é idêntica com a ativação do consumo produtivo” (Marx 1986, p.23).

Após dizer que a capacidade de consumo dos trabalhadores é limitada pelos salários e pelo fato de que somente são empregados se puderem produzir lucro para os capitalistas ele lança a frase célebre:

“A razão última de todas as crises reais é sempre a pobreza e a restrição ao consumo das massas em face do impulso da produção capitalista a desenvolver as forças produtivas como se apenas a capacidade absoluta de consumo da sociedade constituísse seu limite” (Marx 1986, p.24).

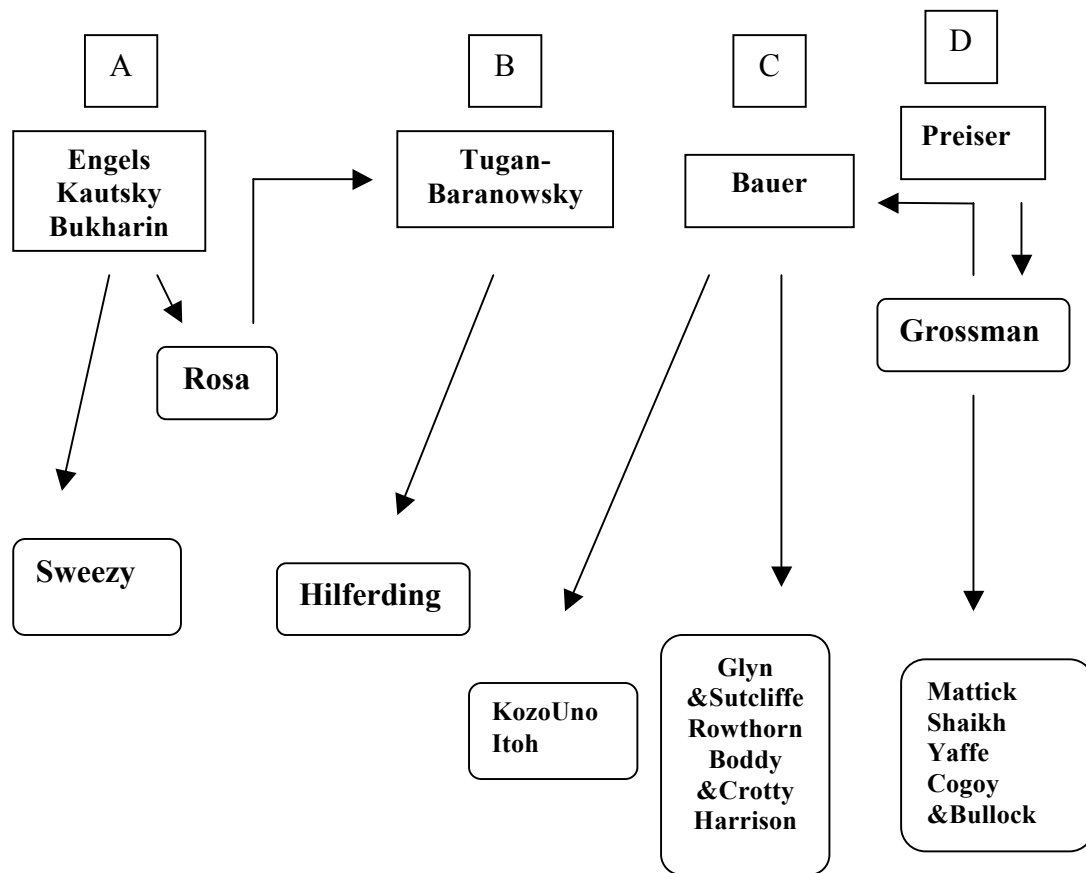
É interessante notar que no livro sobre *A Circulação do Capital*, mais precisamente no capítulo XX sobre *A Reprodução Simples* Marx ataca a idéia de que a crise pudesse ser causada pelo fato dos trabalhadores receberem uma fração muito pequena do valor por eles produzido dizendo: “as crises são sempre preparadas justamente por um período em que os salários sobem de modo geral e a classe trabalhadora obtém *realiter* participação maior na parte do produto anual destinada ao consumo”. E criticando aqueles que pensavam que um aumento dos salários poderia ser a solução termina dizendo: “Tal período deveria ...ao contrário, afastar a crise” (Marx 1985c, p.304).

4. Caráter cíclico das crises no qual ele realça a concorrência e o crédito; a superprodução, a especulação e a crise.

Esse veio da teoria da crise se apresenta na seção V principalmente na segunda parte do livro terceiro d’*O Capital*. Os três capítulos sobre *Capital Monetário e capital Real* podem ser vistos como uma reunião dos elementos anteriormente desenvolvidos ao longo de toda a obra. Esta concepção foi a que menos desenvolvimento suscitou, exceto quando no interior de outra causalidade como, por exemplo, na teoria de Itoh que partindo da sobre-acumulação causada pelo aumento dos salários apresenta os principais desdobramentos da ruptura do processo normal de reprodução apoiando-se na análise apresentada naquela parte do volume terceiro d’*O Capital*.

IV. Matrizes e genealogia das teorias marxistas de crise

A história das teorias de crise com o contínuo deslocamento entre elas pode ser ilustrada com base nesses elementos, como se verá a seguir. Como resumo, poderíamos apresentar a trajetória de mutações da teoria marxista da crise à partir de um organograma genealógico:

Figura 1. *Genealogia das teorias marxistas de crise*⁶

Preiser, inacessível sem o conhecimento do alemão, é apresentado por Itoh como o precursor de Grossmann. Segundo Itoh (idem, p.126-127), Preiser deriva a necessidade de crises periódicas a partir da tendência à crise absoluta que deveria ocorrer quando, devido à queda da taxa de lucro, os capitalistas abandonariam a produção. Essas crises periódicas serviriam para sanar temporariamente o sistema através da desvalorização do capital. De fato, a análise se assemelha muito às proposições de Grossmann.

As linhagens teóricas a partir das contribuições teóricas de Marx e do ulterior desenvolvimento histórica das teorias podem ser apresentadas no organograma da Figura 1 abaixo onde as setas verticais indicam ascendência enquanto as setas para cima

⁶ Como se vê nesse *sketch* dos grandes autores marxistas não constam figuras importantes como Mandel e Dobb, por exemplo. A sua inclusão dependeria de se saber sob quais contribuições eles se apóiam já que suas teorias combinam mais de uma possível causa para as crises econômicas (Itoh 1980, p. 129). Isso deverá ser realizado proximamente.

representam direção da crítica. As letras A, B, C, D, correspondem à classificação do Quadro 1.

Quadro 1. *Classificação das teorias de crise*⁷

TEORIA	FUNDAMENTO
A. Teoria subconsumista da crise	Escritos econômicos de Marx antes d' <i>O Capital</i>
B. Teoria da desproporcionalidade	Esquemas de reprodução do segundo volume d' <i>O Capital</i>
C. Queda da taxa de lucro causada pelo aumento dos salários	Crítica de Bauer a Rosa Luxemburgo
D. Queda da taxa de lucro causada pelo aumento da composição orgânica do capital	Crítica de Grossmann a Bauer

V. Hegemonia subconsumista e a desproporcionalidade

As teorias de crise cíclica do capitalismo quase invariavelmente deram origem a mutações teóricas reformistas. Esse foi o caso de Kautsky, Tugan-Baranowsky e Hilferding. As teorias de colapso se desenvolveram por oposição às teorias que tinham implícitas nelas a possibilidade de contínua regeneração do capitalismo. Essa foi a resposta de Luxemburgo a Tugan-Baranowsky e exatamente o mesmo pode-se dizer da resposta de Grossmann a Bauer. É preciso esclarecer, para que evitemos equívocos, que a teoria do colapso não implica a inexistência de crises cíclicas, mas apenas que essas crises cíclicas são os espasmos da tendência ao colapso contido pelo desenvolvimento de contra-tendências, como nos casos de Preiser e Grossmann, por exemplo.

As análises de Marx sobre a contradição entre forças produtivas e relações de produção no capitalismo e sua necessidade de expansão mundial através da exploração de mercados externos são recorrentes e aparecem nos livros anteriores ao *O Capital*. A combinação de subconsumo e expansão colonial veio a se constituir numa espécie de dogma da social democracia alemã.

No contexto da luta política contra Berstein, Kautsky, por exemplo, se utiliza da visão sub-consumista apresentada por Marx. O sub-consumismo para ele nada mais é do que a tendência contínua do capital a produzir mais do que os trabalhadores podem consumir. A necessidade de expansão de *mercados externos* não-capitalistas apenas reproduz o mesmo problema numa escala ainda mais ampla.⁸

⁷ Itoh (1980) classifica as duas primeiras como teorias de excesso de mercadorias e as duas últimas como teorias de excesso de capital.

⁸ (Howard e King, v.I, 1989, p. 82-83).

A razão sub-consumista pode ser apresentada assim: a proporção da mais valia consumida pelos capitalistas tende a decrescer. Isso implica que a proporção $k_c + k_v$ tem que crescer. No entanto, k_c/k_v tende a crescer ao longo do tempo o que significa que a proporção da mais valia capitalizada que se transforma em capital variável adicional cai continuamente. É necessário, portanto, argumentam eles, que cresça continuamente a proporção da mais valia destinada às máquinas, equipamentos, instrumentos, instalações, tudo que representa o capital constante e que aumenta a produtividade do trabalho. Mas isso, dizem eles, só aumenta a produção de meios de consumo que não pode ser absorvida pelos trabalhadores ou pelos capitalistas. *Ergo*, crise! Esse é o argumento padrão apresentado por Sweezy e outros. É claro que o defeito desse raciocínio, como muito bem apontou Shaikh (1982), é conceber a produção de máquinas e equipamentos como simples meio de produzir meios de consumo.

Com o segundo livro d'*O Capital* finalmente disponível Lênin, Tugan, Bulgakov e Struve puderam travar a batalha decisiva ao redor do problema do desenvolvimento do capitalismo na Rússia. Lênin, servindo-se das contribuições de Bulgakov e Tugan-Baranowsky, e principalmente da análise da reprodução empreendida por Marx no segundo volume d'*O Capital*, procura responder à questão de como se forma o mercado interior para o capitalismo russo, questão para a qual os populistas russos, nas figuras de V. P. Vorontsov e N. F. Danielson, conhecido pelo pseudônimo de Nikolai-on, haviam respondido de maneira negativa. Os populistas russos defendiam a necessidade da passagem direta da comunidade rural, o *mir*, para o socialismo. Segundo eles o capitalismo não poderia se desenvolver na Rússia, pois, diferentemente dos países imperialistas da Europa Central, a Rússia, tendo chegado atrasadamente no cenário imperialista mundial, não poderia encontrar mercados externos para escoar o excesso de produção em relação à exígua capacidade de consumo dos trabalhadores russos.

No contexto do debate russo Tugan-Baranowsky teve uma importante participação. Com base nos esquemas de reprodução de Marx ele procurou argumentar que se as proporções entre os departamentos forem obedecidas, o sistema poderia se reproduzir indefinidamente numa escala crescente sem que houvesse nenhum problema de realização já que a demanda se produziria internamente ao processo de acumulação. Porém, como a produção capitalista é anárquica, inevitavelmente sobreviriam circunstâncias nas quais as corretas proporções entre os vários departamentos não seriam realizadas e o sistema entraria em crise. A crise seria o processo de saneamento

dessas desproporções entre os vários setores da economia e, portanto, a cura que permitiria a retomada da acumulação.

A reação aos marxistas populistas russos representou ao mesmo tempo um ataque mortal ao sub-consumismo, mas, também, a abertura de uma vertente reformista. Kautsky, Hilferding e Tugan partilhavam da ideia de que com a centralização dos capitais seria possível evitar as desproporções entre os vários segmentos da economia através da crescente organização do capitalismo.

Para Hilferding, o controle dos principais segmentos da indústria pelos bancos, processo que ele denominou *capital financeiro*, isto é, o controle da produção por uma diminuta, mas poderosa oligarquia financeira, forneceria o terreno da fase decisiva da luta de classe entre burguesia e proletariado (Hilferding 1985, p.367). A conquista do poder de *estado* permitiria, através da socialização do capital financeiro, o controle imediato da produção como um todo, já que os outros ramos da economia são dependentes das indústrias mais importantes. Mas o *estado* deve ser conquistado pela classe trabalhadora por meio de uma colisão com os interesses da oligarquia dominante. Que essa colisão descrita no *Capital Financeiro* tenha evoluído para uma conquista por meios institucionais é uma questão que precisa ser investigada mais detalhadamente.⁹ De qualquer modo não há nenhuma indicação de que a tomada do poder seja imposta por algum tipo de colapso econômico já que o próprio interesse do capital financeiro interveria no sentido de impedir os processos de desvalorização do capital que ocorrem durante as crises.

Hilferding dá crédito a Tugan por ter direcionado a atenção do estudo das crises para a análise dos esquemas de reprodução de Marx, apesar de manter uma distância crítica em relação à sua concepção do consumo como sendo irrelevante para a reprodução (Hilferding 1985, nota 4, p.421).

Hilferding inicia sua análise das condições de crise através da interrupção da função do dinheiro como meio de circulação na metamorfose da mercadoria, mas circunscreve esse evento a uma área limitada de impacto. Quando passa a considerar a condição de crise à partir da interrupção da função do dinheiro como meio de pagamento as coisas mudam de figura. As notas promissórias a que a função do dinheiro como meio de pagamento dá origem circulam como dinheiro, encadeando a

⁹ Shaikh diz: “Both Tuan-Baranowsky and Hilferding were later to argue that since it was the anarchy of capitalism which led to crises, planning would eliminate crises. “Organized capitalism” in Hilferding’s words, was the solution, and the parliamentary path to State control was the means” (Shaikh 1978, p.228).

quitação da dívida ao longo de toda uma série de compras e vendas de tal maneira que a incapacidade de vender num ponto se irradia para toda a cadeia de pagamentos a serem quitados. Em seguida apresenta a terceira condição de crise que é a separação entre produção e consumo (241) dizendo que as crises se tornam uma possibilidade real somente quando a coordenação entre consumo e produção é eliminada.

Passa imediatamente à crítica do sub-consumismo. O valor do produto é igual a $c+v+m$. Como $v+m$ são consumidos e c tem que repor o capital constante consumido a “produção pode ser expandida indefinidamente sem levar à superprodução de mercadorias” (241).¹⁰ Na sua nota de rodapé número 2 cita exatamente a referência por nós transcrita no item 3 sobre o crescimento dos salários na vigília da crise, na seção sobre as matrizes teóricas das teorias de crise. Em seguida ele modera: a condição geral das crises é a estreita base na qual se assenta o consumo. Quando essa capacidade de consumo aumenta e entra em choque com as condições de valorização então há uma crise. Aqui é preciso ver como fazer a quadratura desse círculo! Ele diz que a análise da sobre-acumulação descrita por Marx mostra precisamente a contradição entre expansão do consumo e valorização (242). Ok. Mas em qual sentido a restrição do consumo é a base de todas as crises? E mais: diz que as condições restritas de consumo são apenas a condição geral das crises que não podem ser explicadas pelo sub-consumo.

Hilferding divide a sua análise sobre as crises em duas partes que correspondem aos capítulos 16 e 17. Na primeira abordagem ele trata de estabelecer as condições sob as quais uma crise pode vir a ocorrer. Essas condições como veremos a seguir são as possíveis desproporcionalidades às quais está sujeito um sistema cujo balanço entre as suas várias partes é executado pelas forças dispersas do mercado. Na segunda abordagem ele trata de precisar como essas desproporções são produzidas sistematicamente pelo ciclo econômico.

No capítulo 16 ele se ocupa das questões relativas às condições de balanço da reprodução. Repetindo de modo muito didático a análise de Marx, Hilferding mostra que a reprodução ampliada depende de duas condições. A primeira se refere à necessidade de equilíbrio entre o volume de capital dinheiro referente à depreciação que é retirado da circulação e o volume de capital dinheiro que retorna à circulação para

¹⁰ Pode causar surpresa mas a frase é essa: “Since V and S are consumed, and the elements of the constant capital which have been consumed must be replaced, production can be expanded indefinitely without leading to the overproduction of commodities”. Mas aqui ele não fala do sobre-produto na forma de meios de produção. Parece uma descrição da reprodução simples. No entanto, ele se refere ao acréscimo contínuo da produção, fato que não existe na reprodução simples. Seria um erro de tradução?

repor o capital fixo já completamente depreciado. Essa condição que forma a base da reprodução ampliada é analisada por Marx no contexto da reprodução simples e o mesmo é feito por Hilferding.¹¹ A segunda condição é que aos fluxos de fundos de acumulação retirados da circulação, correspondam fluxos de transformação de capital dinheiro anteriormente acumulado em capital produtivo adicional. Aqui temos a conhecida distinção entre capitalistas que vendem mas não gastam a parte da mais valia a ser acumulada, isto é, os capitalistas denominados de tipo A; e os capitalistas que compram à partir de seus tesouros acumulados anteriormente, os capitalistas de tipo B.

Hilferding utiliza assim os esquemas de Marx para mostrar que as condições de balanço da reprodução, seja ela simples ou ampliada, podem se transformar em causa de crises se fossem violadas (256). Contrariando a tese sub-consumista ele diz que uma crise pode resultar até de uma expansão muito rápida do consumo da sociedade.

No capítulo 17 ele procura mostrar que as desproporções são causadas pelo distúrbio da relação de preços entre indústrias de alta e de baixa *c/v*. As primeiras têm um maior aumento de preços durante a primeira fase da expansão, pois se adaptam mais lentamente ao aumento da demanda. Por outro lado, as indústrias de mais baixa composição do capital respondem mais rapidamente ao aumento de preços. Essa distorção de preços cria uma tendência ao investimento excessivo nas indústrias de mais alta tecnologia cujo produto não poderá ser comprado na sua totalidade pelas indústrias que cresceram mais rapidamente. Haveria então uma super-produção de meios de produção.

Para Rosa Luxemburgo o socialismo não seria objetivamente necessário se não se pudesse provar que o capitalismo caminha para a sua ruína absoluta, que nos termos de sua teoria seria o colapso da reprodução por exaustão dos mercados não capitalistas.

O livro de Rosa, *A Acumulação de Capital*, visa mostrar que o capitalismo não pode existir sem mercados não-capitalistas. O colapso do capitalismo deveria advir da exaustão dessas reservas de mercado à medida que o capitalismo lança suas raízes na periferia não capitalista. Mas para isso ela precisou atacar o coração da teoria da realização de Marx: os esquemas de reprodução. Como haviam sido os esquemas de reprodução a arma teórica principal utilizada contra os *narodniks* russos, Rosa não

¹¹ Ele também se refere às possíveis desproporções entre capital fixo e capital circulante que resultam de divergências entre formação de fundo de depreciação e reposição de capital fixo depreciado. Marx também se refere a esse ponto. Seria útil esclarecer.

hesita em atacar diretamente os esquemas de reprodução como sendo uma representação incongruente do capitalismo.

Rosa argumenta que os esquemas de reprodução são apropriados para representar o crescimento de uma sociedade planejada do tipo socialista (119), pois eles descrevem um processo regido pelas necessidades de consumo social. Eles são, no entanto, incapazes de representar a acumulação capitalista, pois não revelam a origem da demanda pelo produto excedente, isto é, não fornecem a motivação subjacente à expansão contínua da produção. Para explicar a acumulação capitalista, argumenta ela, é preciso uma fonte de demanda prévia que justifique a expansão da capacidade produtiva.

O produto excedente requer um escoamento exterior ao capitalismo, mas não só. Uma vez transformado em dinheiro, a transformação desse mais valia em capital adicional requer a perspectiva de mercados ainda maiores (124). Ela não vê a possibilidade de que ao pagarem os trabalhadores adicionais no departamento I, estes comprem *MC* no departamento II e que os capitalistas do departamento II comprem meios de produção (*MP*) adicionais no departamento I.

Para Rosa, Marx se ocupa da questão errada. O problema segundo ela não é a origem do dinheiro, mas a origem da demanda. No caso da reprodução simples ela aceita a solução de Marx: os capitalistas têm o dinheiro para a compra dos seus meios de consumo nos quais se materializam toda a mais valia da sociedade. Mas ela não aceita a solução fornecida por Marx para a reprodução ampliada.

Sabemos que para Marx o problema da demanda está resolvido pela existência de uma condição de balanço da reprodução. Desde que essa condição de balanço se realize a acumulação dos capitais criam demanda recíproca entre eles. Subsiste o problema da circulação da massa crescente de valor das mercadorias. O problema de fato se refere à realização de uma massa acrescida de capital na forma de capital mercadoria que na circulação só pode funcionar como mercadoria a ser vendida. Para Marx o problema da reprodução ampliada não é problema da circulação da mais valia, pois a mais valia circula com o valor das mercadorias. O problema é, pois de resolver como pode circular uma massa de valor continuamente crescente. Evidentemente a solução tomba sobre a análise já realizada por Marx quanto à determinação da quantidade de dinheiro para circular as mercadorias, análise essa apresentada na seção 2b sobre *O curso do dinheiro*, no terceiro capítulo do primeiro volume d'*O Capital*. A isso se opõe Rosa, dizendo que não se pode voltar à análise da circulação simples de

mercadorias quando o problema se trata da reprodução ampliada do capital. A solução para a reprodução simples não é segundo ela uma solução para a solução do problema da realização na reprodução ampliada (145).

No entanto, a chave da reprodução ampliada está na reprodução simples que ela despreza como uma ficção, ou no melhor dos casos como a raiz quadrada de -1. Vejamos. O dispêndio do fundo de consumo dos capitalistas do departamento I permite aos capitalistas do departamento II a compra da segunda metade dos meios de produção consumidos no ano anterior. Essa compra que para o departamento II é uma reposição do capital consumido para o departamento II é precisamente a venda do produto excedente do departamento I. Ou seja, o dinheiro lançado à circulação pelos capitalistas do departamento I reflui realizando a sua própria mais valia. No caso da reprodução simples ela aceita que o dinheiro passe de mãos entre capitalistas. A circulação do dinheiro entre eles permite que o produto destinado ao seu consumo seja absorvido, restando o dinheiro em suas próprias mãos.

Mas para Rosa a realização da mais valia na reprodução ampliada não pode advir dos capitalistas. E tampouco pode advir dos trabalhadores. Ao vender aos trabalhadores os capitalistas apenas recuperam o capital variável com o que a classe trabalhadora não pode realizar nem um átomo da mais valia. Para quem eles produzem a parte destinada à acumulação? De onde vem a demanda que absorve a expansão crescente da produção? Quem há de comprar a parte do produto excedente que sobre após o consumo capitalista?

Rosa fala da dependência recíproca entre os departamentos I e II, que II depende da produção de Δc_{II} no departamento I e que I depende da produção de Δv_I no departamento II. Mas, na sua opinião, essas são condições para que a acumulação se dê; não garantem que ela se dará. Para que a acumulação se efetue de fato é preciso que exista uma perspectiva de aumento da demanda. Existem duas demandas aqui: a demanda imediata e a demanda pelo produto futuro que advirá com a expansão do capital produtivo. Tomemos primeiro a demanda imediata. Nosso Δc_{II} representa demanda para aquela parte do sobre-produto do departamento I que excede as necessidades internas de I. Essa demanda advém do departamento II; Δv_I é o aumento da demanda que advém do departamento I e que realizará aquela parte do excedente de II que resta após suprir meios de consumo equivalentes a $v_I + v_{II} + \Delta v_{II}$. Ora, se o sistema é capaz de escoar o excedente no tempo zero, por que ele não será capaz de escoar o excedente no tempo 1?

Ao invés de pensar assim ela diz: quem precisa de meios de produção adicionais? O departamento II? Para que? Para produzir meios de consumo adicionais. Quem precisa de meios de consumo adicionais? O departamento I. Giramos em círculo, ela conclui. Mas não é esse precisamente o círculo da acumulação? E quem ela tem em mente nesse momento? Será a ciranda de expansão de Tugan-Baranowsky que ela procura ridicularizar?

Uma vez gastos os salários e repostos o capital consumido, o sobre-produto cujo valor representa a mais valia a ser realizada em dinheiro deve ser comprada pelos próprios capitalistas. Porém, raciocina ela, se a classe capitalista já possui o dinheiro para realizar a mais valia então não haveria expansão do valor do capital e a produção capitalista não faria sentido. Isto precisa ser confirmado pela leitura direta de Rosa. Itoh sugere que Rosa teria errado ao considerar o circuito do capital dinheiro na análise da realização do sobre-produto. Visto pela ótica do circuito do capital dinheiro parece implausível a realização de todo o sobre-produto quando todos os capitalistas aparecem como vendedores ao mesmo tempo! Isso sugeria para ela que a classe capitalista deveria ter em sua posse todo o dinheiro para realizar o sobre-produto. Nessas condições a realização da mais valia seria apenas uma troca de mãos do dinheiro previamente existente, fato que lhe parecia ser absurdo. No entanto, na reprodução simples, funciona mais ou menos assim já que o dinheiro reservado para o consumo capitalista é jogado na circulação e realiza o produto excedente que existe na forma de meios de consumo dos capitalistas. Mas mesmo na reprodução simples não é necessário uma quantia de dinheiro equivalente ao valor do sobre-produto. Basta que o dinheiro existente realize várias operações em sequência. Uma mesma peça monetária serve para a realização de um múltiplo de valor de mercadorias vendidas. O mesmo ocorre na reprodução ampliada com a diferença de que com o aumento contínuo do produto excedente é preciso que a eficiência de circulação do dinheiro aumente ou que aumente a própria quantidade de dinheiro em circulação através da mobilização de dinheiro na forma de tesouros pela circulação ativa. A eficiência de circulação do dinheiro pode aumentar através seja do aumento da velocidade de circulação do dinheiro, seja através do desenvolvimento de sua função como meio de pagamento. É assim que Marx apresenta o problema no capítulo XVII sobre *A circulação da Mais Valia* (1985c, p. 254).

VI. A multiplicação de interpretações

A resposta de Bauer, encarregado por Kautsky de escrever uma revisão crítica do livro de Rosa Luxemburgo para a *Die Neue Zeit*, marca o início de uma guinada no debate sobre a natureza das crises econômicas capitalistas.

Bauer sugere, corretamente, que a concepção de Rosa implicava que fosse preciso primeiro vender o sobre-produto correspondente à parte não consumida da mais valia e só depois, de posse do dinheiro, realizar a acumulação. E mesmo essa última dependia de expectativas de venda do produto futuro. Sobre isso Bauer diz que “é igualmente impossível realizar a parte destinada à acumulação, primeiro, e somente depois comprar os elementos materiais do capital produtivo: a realização da acumulação ocorre exatamente na venda do segundo componente do sobre-produto” que na notação dele é $k+B$, respectivamente a parte da mais valia destinada ao aumento do capital constante e a parte da mais valia destinada ao aumento do capital variável (Bauer 1986, p.102-103). Ele tem razão! Por outro lado, a hipótese de venda do sobre-produto no exterior implicaria a necessidade de compra dos elementos do capital adicional também no exterior. Mas onde? Se o mercado exterior deve ser *não-capitalista* como encontrar ali os elementos avançados do capital constante? Bauer insiste que o problema é que Rosa concebe a compra dos elementos adicionais do capital produtivo somente no segundo ano, necessitando, portanto, essa operação de uma venda prévia. Mas onde ela fala dessa divisão entre venda no primeiro ano e compra no segundo? Isso deve ser verificado. Bauer conclui que a venda do sobre-produto correspondente a Δc e Δv no exterior, ao invés de tornar a acumulação possível a inviabilizaria por completo.

Para mostrar que o capitalismo cria seu próprio mercado interno Bauer não faz mais do que re-propor os esquemas de reprodução com as características assim modificadas em relação aos esquemas propostos por Marx: o capital constante cresce a 10% ao ano enquanto o capital variável cresce a 5% ao ano; o crescimento populacional é também de 5% ao ano, enquanto a taxa de mais valia permanece constante em 100%. Esses parâmetros implicam que a composição orgânica do capital cresce continuamente ao longo do tempo, ainda que o período de tempo do seu experimento seja relativamente curto: quatro anos.

Nas condições apresentadas pelo seu exemplo a continuidade da acumulação requer que parte da mais valia obtida no departamento II seja acumulada em indústrias produtoras de meios de produção, isto é, no departamento I. Bauer não explica o mecanismo econômico pelo qual se dá essa transferência de mais valia. Possivelmente a razão reside no fato de que dadas as premissas de crescimento dos departamentos o

investimento de toda a mais valia produzida no departamento II deprimiria os preços dos meios de consumo reduzindo dessa forma a taxa de lucro nesse setor.

Os seus esquemas mostram o que Marx havia mostrado antes: a demanda é formada no interior do processo de acumulação de capital e se houvesse um equilíbrio permanente entre acumulação e população a reprodução poderia se perpetuar sem problemas de demanda.

No entanto, no capitalismo não há uma coordenação prévia entre acumulação e crescimento populacional. Assim, ele passa a descrever as crises cíclicas do capitalismo ocasionadas por descompassos entre a taxa de crescimento do capital variável, g_v , e a taxa de crescimento populacional, g_p . O crescimento caracterizado por $g_v < g_p$ ele denomina de *sub-acumulação* e o crescimento caracterizado por uma relação $g_v > g_p$ ele denomina de *sobre-acumulação*. Quando a acumulação não é capaz de absorver o crescimento da força de trabalho ($g_v < g_p$), o *exército industrial de reserva* cresce e os salários diminuem. Ao mesmo tempo ele diz que o mesmo processo que cria desemprego reduz o valor da força de trabalho, referindo-se aqui ao efeito do aumento da produtividade do trabalho através do emprego de máquinas e instrumentos poupadores de mão-de-obra. A queda dos salários se efetua no mercado de trabalho através da concorrência entre os trabalhadores. Ou seja, a redução dos salários para o nível do valor da força de trabalho é realizada pelo efeito negativo do maior desemprego sobre os salários. No entanto, a diminuição dos salários devido a uma acumulação menor do que o ritmo de crescimento da população não é necessariamente causada pelo aumento da composição orgânica do capital. Pode muito bem sê-lo pela simples lentidão do crescimento. Com a diminuição dos salários a massa de mais valia aumenta. Com a mesma *taxa capitalista de acumulação*, definida como proporção da mais valia transformada em capital adicional,

$$a_c = \frac{\Delta c + \Delta v}{m}$$

a taxa de crescimento do capital variável aumenta até que se equipare à taxa de crescimento populacional, ou seja, até que $g_v = g_p$. Bauer introduz um conceito adicional que é a *taxa social de acumulação* como sendo

$$a_s = \frac{\Delta c + \Delta v}{v + m}$$

É com base nessa fórmula, alias não apresentada no texto, que Bauer diz que “eventualmente a crescente *taxa social de acumulação* alcança um ponto no qual o capital variável cresce mais do que a população” (p.105). Essa é a situação de *sobre-acumulação* e aqui ele cita Marx do capítulo sobre as *Contradições Internas da Lei* e descreve a devastadora crise que se segue até que se restabeleça o equacionamento equilibrado entre crescimento do capital variável de força e trabalho disponível.

Assim sua teoria se reduz ao ajuste da acumulação à taxa de crescimento populacional. A alternância periódica entre prosperidade, crise e depressão é apenas o modo pelo qual o processo de ajuste da acumulação capitalista ao crescimento populacional se manifesta. Contrariamente a Rosa, o limite da acumulação está na força de trabalho disponível e não nos mercados não capitalistas, ainda que segundo ele os mercados externos sirvam para flexibilizar os limites impostos pelo crescimento populacional. Assim, tendo tomado o capítulo da *Lei Geral da Acumulação Capitalista* como inspiração teórica, Bauer sugere que o imperialismo é uma forma de romper as amarras do crescimento populacional quando a composição orgânica do capital é constante. O imperialismo não é para ele um meio de realizar a acumulação, mas sim um meio de expandir os seus limites (109) e facilitar a superação das crises de sobre-acumulação.

Bauer mostra que o processo de acumulação é ao mesmo tempo o processo de realização do produto e que, contrariamente ao que preconizava Luxemburgo, a exportação dos produtos correspondentes a Δc_I e Δc_{II} , significaria um impedimento à continuidade da acumulação. Isso faz sentido, pois se no momento seguinte é preciso ter uma fonte de demanda externa, então se supõe que no momento seguinte o sobre-produto encontre compradores externos. Nesse caso, a acumulação só poderia prosseguir se à realização do excedente no exterior correspondesse uma compra de meios de produção e meios de consumo no exterior.

Bauer produz o primeiro esquema de variação cíclica dos salários, tal como o resultado apresentado por Marx na primeira seção do capítulo XXIII, mas curiosamente como resultado de um processo de acumulação com aumento constante da composição orgânica. Uma vez que o ritmo de acumulação ultrapasse o ritmo de oferta de força de trabalho a acumulação produz uma alta de salários que leva à situação de sobre-acumulação descrita por Marx. Essa circunstância dá origem a uma crise aguda, mas cuja duração é determinada pelo tempo de ajuste da acumulação de capital ao crescimento populacional. No entanto, não deixa de chamar a atenção o fato de que se

possa considerar a possibilidade de crises recorrentes ocasionadas pela escassez de força de trabalho num esquema no qual a composição orgânica do capital cresce continuamente.

Grossmann se opõe a Hilferding, Tugan-Baranowsky e também a Bauer. De acordo com o esquema de Bauer o capitalismo não terminaria devido a um limite objetivo, mas somente através da educação política dos trabalhadores, isto é, somente através da intervenção subjetiva da classe trabalhadora. Contrariamente a essa visão Grossmann defende a idéia de que se o capitalismo pode se desenvolver sem obstáculos, então o elemento subjetivo não tem um suporte objetivo para realizar o socialismo.

Diz ele que os resultados obtidos por Bauer são devidos ao curto período de tempo utilizado pelo seu autor. Por isso ele se propõe a expandir o exemplo de Bauer com o intuito de mostrar que, a partir de um certo ponto a acumulação não poderá crescer suficientemente rápido para absorver o crescimento populacional da força de trabalho. Ele argumenta que enquanto o capital é capaz de crescer no mesmo ritmo da força de trabalho a acumulação capitalista cria seu próprio mercado (70). Depois de certo ponto a mais valia não é capaz de sustentar o equilíbrio $g_v = g_p$ do que adviria a formação de um *exército industrial de reserva* (78): no ano 1 a acumulação em capital constante representa 20% da mais valia; no ano 35 ela representa 97% da mais valia e não há mais valia suficiente para prover o aumento de 5% da força de trabalho.

O sistema entra em colapso, fato que contradiz a regeneração cíclica preconizada por Bauer. O colapso é consequência das próprias premissas de Bauer que Grossmann conserva e reproduz nos seus esquemas: o capital variável cresce a 5% ao ano; o capital constante cresce a 10% ao ano; a força de trabalho disponível também cresce a 5% ao ano, enquanto a taxa de mais valia permanece constante em 100%. Sob essas premissas o consumo capitalista tem que progressivamente dar lugar às necessidades de aumento do capital de modo que a proporção da mais valia consumida pelos capitalistas cai de 70,9% no quinto ano para 0,45% no 34º ano, sendo que a partir do ano 21 a massa de mais valia consumida pelos capitalistas começa a se reduzir em termos absolutos. É a partir desse ano que a acumulação capitalista perderia sentido para os capitalistas! Isso mostra que o consumo capitalista “é uma condição essencial da acumulação de capital” e para a própria existência do capitalismo (81).

Assim, se atingiria uma situação na qual, no 35º ano os capitalistas não disporiam de mais valia para o seu consumo. Esse ano marcaria, no esquema de Grossmann, o momento do colapso durante o qual se sucederiam uma série de crises

econômicas. Desse modo a crítica de Bauer a Rosa é infundada: o sistema não pode se desenvolver continuamente sem topar com os seus limites absolutos.

Ele admite que muito antes do ano 35 o capital lutaria para reverter a tendência ao declínio do fundo de consumo capitalista, por exemplo, abandonando a taxa de expansão de 10% do capital constante. Nesse caso a acumulação não mais seria capaz de andar ao ritmo do crescimento populacional e um *exército industrial de reserva* crescente se formaria mesmo com salários constantes. Ou seja, a redução da acumulação não seria ditada pelos salários mais altos como propunha Bauer (82).

O fundamental é que Grossmann pensa ter derivado uma tendência à sobre-acumulação independente do aumento dos salários e, portanto, ele faz uma leitura do capítulo XV viezada para a sobre-cumulação não pela redução da taxa de mais valia, mas pelo efeito da composição orgânica sobre a taxa de lucro. Mas curiosamente ele não diz nada sobre a sua opção de leitura daquela parte d'*O Capital* que trata explicitamente de sobre-acumulação causada pelo aumento dos salários. Curiosamente, Grossmann cita Marx, precisamente onde este último se refere à sobre-acumulação causada pela diminuição da taxa de mais valia, sendo que no seu esquema a sobre-acumulação resulta da composição orgânica crescente com taxa de mais valia constante!

Grossmann apresenta a teoria do colapso como uma teoria das crises também já que a tendência ao colapso põe em moto processos que reduzem a sobre-acumulação “à magnitude compatível com a normal valorização”. A recorrência das crises nada mais é do que a fenomenologia do colapso: “A teoria do colapso de Marx é a base necessária de sua teoria das crises” (85), pois de acordo com Marx “as crises são apenas a forma na qual a tendência ao colapso é interrompida” (85). Mas o mecanismo como um todo apenas aproxima o capitalismo de sua crise final à medida que as contra-tendências vão perdendo a eficácia.

Por fim ele enfatiza que o colapso não pode ser derivado a partir da queda da taxa de lucro, mas sim a partir da queda da massa de lucro: não se poderia explicar como no ano 34 com uma taxa de lucro de 9,7% o sistema sobrevive e, no entanto, no ano seguinte com uma taxa de 9,3% o sistema entra em colapso (103). A diminuição da taxa de lucro somente revela a diminuição relativa da massa de lucro relativamente ao capital investido.

É inútil observar que tal esquema com taxa de mais valia constante, taxa de acumulação constante, crescimento ininterrupto da composição orgânica do capital, não representa realisticamente as flexibilidades próprias do sistema capitalista. A única

flexibilidade apresentada é a contínua diminuição do consumo capitalista e curiosamente o seu desaparecimento é a causa do colapso.

Para Grossmann e aqueles que seguiram suas proposições gerais é o aumento da composição orgânica do capital a causa da diminuição da taxa de lucro enquanto para aqueles que seguiram as pegadas de Bauer a sobre-acumulação resulta de um aumento de salários e a conseqüente redução da taxa de mais valia. Assim, se abre a dicotomia das teorias de crise de super-acumulação entre aquelas causadas pelo aumento dos salários e aquelas causadas pelo aumento da composição orgânica do capital. Nas duas a redução da taxa de lucro termina por causar uma estagnação na massa de lucro, fenômeno que inicia um processo de destruição de capital. Como *taxa de mais valia* (m') e a *composição orgânica do capital* (q_o) são os dois componentes da taxa de lucro, as escolas de crise de super-acumulação podem ser vistas diretamente na fórmula da taxa de lucro:

$$\ell' = \frac{m'}{1 + q_o}$$

Itoh (1988, p. 294) apresenta a lei de tendência de queda da taxa de lucro como um fenômeno independente do aumento da taxa de mais valia mostrando que $q=(v+s)/c$ cai continuamente ao longo do tempo e que portanto $p'=s/(c+v)$ deve tender a cair já que o seu limite máximo q é declinante. Essa é a apresentação *standard* da tendência de queda independente da taxa de mais valia. No entanto, Itoh apresenta algumas ponderações para mostrar que a tendência de queda da taxa de lucro não é capaz de produzir uma teoria da crise. Por isso ele opta pela teoria da sobre-acumulação causada pela exaustão da força de trabalho disponível. O aumento dos salários iniciaria um conjunto de distorções de preços (p.309) que incentivariam a especulação com base no crédito e nas reservas de capital dinheiro latente. Com isso a renovação dos fundos de dinheiro ocioso que forma a base do crédito comercial se vê prejudicada. O crédito comercial começa a sofrer os percalços da redução da liquidez fazendo com que as notas circulem por períodos mais curtos. A independência do crédito entre capitalistas relativamente ao crédito bancário desaparece aumentando a demanda por desconto de letras de câmbio. Tudo isso acaba causando um aumento da taxa de juros (p.311). A crise começa a partir do colapso de alguns empreendimentos especulativos, principalmente no ramo do comércio por atacado (p.313).

O curioso é que Itoh não se interessou pela possibilidade de que a super-acumulação sobreviesse após a estagnação da massa de lucros eventualmente ocasionada pelo aumento contínuo de $q=(v+s)/c$. Essa possibilidade foi explorada por Shaikh (1991 p.349-350) num modelo simples para explicar a sobre-acumulação com base no aumento da composição do capital. De fato ele apresenta Grossmann como o primeiro grande marxista a direcionar a discussão para além do sub-consumismo e da desproporcionalidade. Shaikh recupera essa análise observando que na teoria de Grossmann a diminuição da taxa de lucro leva eventualmente à estagnação da massa de lucro. Há um valor crítico para a taxa de lucro no qual a massa de lucro não pode ser compensada pelo aumento do estoque de capital. Nesse momento se produz a crise de sobre-acumulação, pois o capital adicional ΔC não produz lucro algum, fato que desencadeia as mesmas consequências descritas anteriormente.

Itoh não considerou essa possibilidade provavelmente porque a sobre-acumulação com base no aumento dos salários oferecia, através das distorções setoriais que ela causava, uma articulação com a análise efetuada por Marx no contexto do funcionamento do sistema de crédito, aspecto que provavelmente para Itoh enriquecia sobremaneira a análise da crise.

A diferença entre Dobb e os outros partidários modernos do *profit squeeze* é a causa do aumento dos salários: para Dobb esse aumento advém da contração do *exército industrial de reserva* que resulta da fase de expansão econômica enquanto que para os partidários da linha alternativa do *profit squeeze* o aumento dos salários é produto da força sindical dos trabalhadores. Mas esta já é outra história a ser elaborada em trabalho subsequente.

VII. Observações finais

A genealogia que se pretendeu iniciar neste artigo não é exaustiva. Aqui procuramos tão somente traçar as linhas mais salientes da história das teorias de crise localizando sua origem na obra de Marx e dando especial atenção em apresentar mais detalhadamente algumas das teorias menos estudadas.

VIII. Referências

- Bauer, O. 1986. The accumulation of capital. *History of Political Economy*, 18:1.
 Boddy, R. e Crotty, J. 1974. Class conflict, keynesian policies and the business cycle. *Monthly Review*, volume 26:5, pgs. 1-17.

- Grossmann, H. 1992. *The Law of Accumulation and Breakdown of the Capitalist System, Being also a Theory of Crises*. London: Pluto Press.
- Hilferding, R. 1985. *Finance Capital. A Study of the Latest Phase of Capitalist Development*. London: Routledge & Kegan Paul.
- Howard, M.C. e King, J.E. 1989. *A History of Marxian economics: Volume I, 1883-1929*. New Jersey: Princeton University Press.
- Itoh, M. 1980. *Value and Crisis. Essays on Marxian Economics in Japan*. New York: Monthly Review Press.
- Jacoby, R. 1975. The politics of crisis theory: towards a critique of automatic Marxism II. *Telos*, 23, Spring, pgs 5-11.
- Lênin, V.I. 1974. *El Desarrollo del Capitalismo en Rusia*. Barcelona: Editorial Ariel.
- Luxemburgo, R. 1976. *L'Accumulation du Capital*. Paris: François Maspero.
- Marx, K. 1968. *Theories of Surplus Value*, part II. Moscow: Progress Publishers.
- Marx 1973 *Grundrisse. Foundations of the Critique of Political Economy*. London: Penguin Books.
- Marx, K. 1985a *O Capital. Crítica da Economia Política*, vol. I. São Paulo: Nova Cultural.
- Marx, K. 1985b *O Capital. Crítica da Economia Política*, vol. II. São Paulo: Nova Cultural.
- Marx, K. 1985c *O Capital. Crítica da Economia Política*, vol. III. São Paulo: Nova Cultural.
- Marx, K. 1988 *O Capital. Crítica da Economia Política*, vol. IV. São Paulo: Nova Cultural.
- Marx, K. 1986 *O Capital. Crítica da Economia Política*, vol. V. São Paulo: Nova Cultural..
- Milios, J. 1994. Marx's theory and the historic Marxist controversy on economic crisis (1900-1937). *Science and Society*, Vol.58:2, pgs.175-194.
- Olin-Wright, E. Survey of marxist theories of crisis. Check full reference.
- Shaikh, A. 1991. *Valor, Acumulación y Crisis. Ensayos de Economía Política*. Bogotá: Tercer Mundo Editores.
- Shaikh, A. 1978. An introduction to the history of crisis theories in *U.S. capitalism in Crisis*. The Union for Radical Political Economics. pgs. 219-240.